

Quinta-feira

Teresina, 10 de setembro de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514
Não esqueça de se identificar.

■ MUNICÍPIOS

Prefeitos querem se livrar de multas do TCE

As multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) aos prefeitos ultrapassam R\$ 1 milhão, e de acordo com os deputados da Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, a penalização é excessiva e mal aplicada. Uma audiência na sala das comissões envolvendo representantes da Assembleia, da APPM (Associação Piauiense de Municípios) e do TCE-PI discutiu o problema.

O prefeito de Capitão de Campos, Moisés Barbosa, disse que boa parte das multas poderia ser evitada. Ele alegou que as multas são pessoais, e não aplicada a Prefeitura ou ao município. O deputado Robert Rios (PDT) afirmou que o sistema de fiscalização do TCE precisa ser alterado neste quesito. "Muitos dos prefeitos e ex-prefeitos estão apavorados com a situação junto ao TCE. É preciso que o tribunal seja

mais parceiro e que esteja mais presente no dia a dia dos gestores. Atualmente existe um trauma generalizado e é preciso discutir isso com o TCE", argumentou o parlamentar.

O representante do TCE-PI, Jackson Veras, afirmou que existem situações diversas, mas pode haver mudanças no mecanismo, desde que haja entendimento entre o Tribunal e a Assembleia. "O Tribunal de Contas é sensível a esta situação e vamos tentar chegar a um entendimento", comentou. Ele disse que o intuito do Tribunal não é o de arrecadar, mas coibir irregularidades, para que a multa seja um estímulo e também que não possa ser alta, para não comprometer os gestores públicos. "Não queremos sacrifícios assim", acrescentou.

A reunião foi proposta pelo deputado Antônio Félix (PSD) e presidida pela deputada Lizilé Coelho (PTB).

Foto: Divulgação



REUNIÃO na Assembleia para discutir multas do TCE aplicadas aos prefeitos

Liminar**TJ retorna prefeito de Fartura ao cargo**

O Tribunal de Justiça do Piauí concedeu uma liminar para que o prefeito de Fartura do Piauí, Permínio Pereira, o Dadu, retorne ao cargo. Na semana passada, a Câmara de Vereadores da cidade decidiu pelo afastamento definitivo do gestor por crimes de responsabilidade, mas hoje (09), a defesa do gestor conseguiu anular o afastamento alegando que a Câmara não tinha competência para afastá-lo por este motivo e que o julgamento foi político.

A ODIA, uma das advogadas que cuidam da defesa de Dadu informou que a Justiça entendeu que não há mais motivos para o afastamento do gestor, tendo em vista que os fatos geradores da ação julgada pela Câmara já não existem mais. "Eles alegaram atrasos na prestação de contas, mas hoje (09), está tudo declarado junto ao Tribunal de Contas do Estado e isso é de conhecimento de todos os parlamentares", declarou a defesa do prefeito.

Desde abril deste ano que a cidade de Fartura do Piauí enfrenta disputas políticas entre o legislativo e o executivo. Naquele mês, funcionários públicos municipais contabilizavam até 90 dias de atrasos salariais e há meses o prefeito não enviava prestações de contas ao TCE, levando a corte a bloquear as contas e determinar uma intervenção do Governo do Estado no município.

Apesar do prefeito regularizar a situação administrativa, a Câmara de vere-

adores abriu um processo de investigação contra o prefeito e acabou optando pelo impeachment, que agora, foi suspenso pelo Tribunal de Justiça. Por telefone, na última sexta-feira (04), o presidente da Câmara, Isaias Ribeiro tinha informado a ODIA que o processo de afastamento era legal. Tentamos contato com ele novamente para comentar a decisão, mas as ligações não foram atendidas.

(João Magalhães)



Prefeitos têm reclamado - 09/09/2015 às 14h56

Comissão na Alepi discute multas do TCE aplicadas aos municípios do Piauí

A reunião foi motivada a partir das várias reclamações de gestores públicos relatando dificuldades



Conheça as atitudes de pessoas de sucesso!



Foi realizada nesta terça-feira, 09/09, na Assembleia Legislativa, uma reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação para discutir a redução da aplicação de multas do TCE aos municípios. No debate estiveram presentes representantes do Tribunal de Contas do Estado (TCE), da Associação Piauiense do Prefeitos Municipais (APPM), OAB-PI, Tribunal de Justiça (TJ-PI) e Conselho de Contabilidade.

Segundo o deputado Antônio Félix (PSD), a reunião foi motivada a partir das várias reclamações de gestores públicos relatando dificuldades na regularização das pendentes multas recebidas, devido a atual situação econômica do país. "Há meses nós estamos recebendo a presença de prefeitos, de secretários, de gestores, pessoal do próprio tribunal, conselho de contabilidade e advogados reclamando a dificuldade que as prefeituras passam hoje".

Félix destaca ainda o empenho dos legisladores em solucionar esse problema que atinge o prefeitos. "Nós estamos acontecendo, formatando e buscando um entendimento entre aqueles que são partes, para que possamos ter uma lei que venha a dirimir

as dúvidas com relação às multas, e o porquê delas".

Publicado Por: Ana Paula Soares



Blog do Murilo

salmiltonoleta@uol.com.br



Ingovernabilidade

10/09/2015 • 00:14

 **compartilhe com amigos**

Sensatez

09/12/2014

No momento em que o Estado do Piauí enfrenta a pior crise financeira da sua história, os poderes que com o executivo compõem a estrutura administrativa do Estado (Assembleia Legislativa, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas e de Justiça) mandam para apreciação da Assembleia Legislativa propostas orçamentárias para o ano de 2015, dissociada da penúria porque passa as finanças do Estado, em um ano que se afigura como um dos mais difíceis administrativamente.

É necessário que os poderes constituídos do Estado do Piauí, entendam que o momento é de extremo sacrifício, dado a política de terra arrasada que vigora no Piauí ao longo dos anos, com especial agravamento nos últimos quatro anos.

Uma severa política de contenção de gastos terá que ser implementada pelo governador Wellington Dias, desde o primeiro dia da sua futura administração, sob pena de frustrar expectativas da população, que aguarda com ansiedade, o retorno do Piauí à normalidade administrativa.

Todos os poderes, na proposta orçamentária encaminhada Assembleia Legislativa, aumentaram os recursos em relação ao ano que se finda, com percentuais bem acima da inflação do período, tendo um deles, o Tribunal de Justiça, ultrapassado o percentual de 20%(vinte por cento) para um índice de inflação anualizada que não chegará a 7%(sete por cento) para o ano de 2014.

Se as propostas orçamentárias dos poderes(TCE, TJ,TCE e AL) que se encontram em discussão na Assembleia Legislativa, forem aprovadas nos percentuais ali expressos, a administração do Governador Wellington Dias ficará praticamente inviabilizada.

O momento presente requer muita sensatez, de todos aqueles que venham a ter o mínimo de preocupação, com os destinos desse Estado e de sua população extremamente carente de serviços até aqui, mal e porcamente prestados à sua sofrida gente.